



IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E A INSTITUIÇÃO DE HIERARQUIAS RACIAIS

Joana Plaza Pinto¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre as ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais na Modernidade, focando especificamente em suas formas linguísticas comumente usadas no Brasil. Para isso, pressuponho que certas formas de falar sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa no Brasil em particular modelam os sujeitos racializados que somos na atual configuração do sistema mundo moderno/colonial. As ideologias linguísticas modernas e suas conexões com a constituição e manutenção das hierarquias raciais são discutidas em três formas principais, todas rarefeitas por mecanismos de racionalização. As formas discutidas são 1) a ideologia da homogeneidade variável, uma regulamentação da fala, cuja conexão com hierarquias raciais é rarefeita pelas categorias “classe” e “região”; 2) a ideologia da clareza, uma regulamentação de gêneros discursivos, cuja conexão com hierarquias raciais é rarefeita pelas categorias “razão” e “argumentação”; e 3) a ideologia da competência, uma regulamentação da legitimidade dos saberes e corpos, cuja conexão com hierarquias raciais é rarefeita pelas categorias “educação” e “cultura”. Após a discussão dessas ideologias, concluo que os mecanismos metapragmáticos que as constituem e fazem funcionar podem ser as condições contraditórias de seu enfretamento.

Palavras-chave: modernidade; raça; língua; ideologias linguísticas; metapragmática.

LANGUAGE IDEOLOGIES AND THE INSTITUTION OF RACIAL HIERARCHIES

Abstract: This paper aims to discuss the relationship between linguistic ideologies and the institutionalization of racial hierarchies at Modernity, by focusing specifically on their linguistic forms commonly used in Brazil. For this, I assume that certain ways of speaking about language in general and the Portuguese language in Brazil in particular shape the racialized individuals we are in the present configuration of the Modern/colonial world system. Modern linguistic ideologies and their connections to the constitution and maintenance of racial hierarchies are discussed in three main forms, all of them rarefied by rationalization mechanisms. The forms discussed are 1) the ideology of variable homogeneity, a regulation of speech, whose connection with racial hierarchies is rarefied by the categories “class” and “region”; 2) the ideology of clarity, a regulation of discursive genres, whose connection with racial hierarchies is rarefied by the categories “reason” and “argumentation”; and 3) the ideology of competence, a regulation of the legitimacy of knowledge and bodies, whose connection with racial hierarchies is rarefied by the categories “education” and “culture”. After discussing these ideologies, I conclude that the metapragmatic mechanisms that constitute and make them work may be the contradictory conditions of their fighting.

Keywords: modernity; race; language; linguistic ideologies; metapragmatics.

LES IDÉOLOGIES LINGUISTIQUES ET L'IMPOSITION DE HIERARCHES RACIALES

¹ Professora Associada da Universidade Federal de Goiás

Résumé: Cet article vise à réfléchir sur la relation entre les idéologies linguistiques et l'imposition de hiérarchies raciales dans la modernité, en se concentrant spécifiquement sur leurs formes linguistiques couramment utilisées au Brésil. À cela, suppose que certaines formes de parler sur le langage en général et la langue portugaise au Brésil en particulier modèlent les sujets racialisés modernes que nous sommes dans l'actuelle configuration du système mondial moderne/colonial. Les idéologies linguistiques modernes et leurs liens avec la Constitution et le maintien des hiérarchies raciales sont discutés sous trois formes principales, toutes raréfiée par des mécanismes de rationalisation. Les formes discutées sont 1) l'idéologie de l'homogénéité variable, une régulation de la parole, dont le lien avec les hiérarchies raciales est raréfiée par les catégories 'classe' et 'région'; 2) l'idéologie de la clarté, une réglementation des genres discursifs, dont le lien avec les hiérarchies raciales est raréfiée par les catégories "raison" et "argumentation"; et 3) l'idéologie de la compétence, un règlement de la légitimité des connaissances et des organes, dont le lien avec les hiérarchies raciales est raréfiée par les catégories "éducation" et "culture". Après la discussion de ces idéologies, je conclus que les mécanismes de la doctrine qui les constituent et les font fonctionner peuvent être les conditions contradictoires de leur Charte.

Mots-clés: modernité; course; langue; idéologies linguistiques; metapragmatique.

IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS Y LA INSTITUCIÓN DE HIERARQUIAS RACIALES

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir la relación entre las ideologías lingüísticas y la institucionalización de las jerarquías raciales en la Modernidad, centrándose específicamente en sus formas lingüísticas comúnmente utilizadas en Brasil. Para esto, asumo que ciertas formas de hablar sobre el lenguaje en general y el portugués en Brasil en particular dan forma a los individuos racializados que somos en la configuración actual del sistema mundial moderno/colonial. Las ideologías lingüísticas modernas y sus conexiones con la constitución y el mantenimiento de las jerarquías raciales se discuten en tres formas principales, todas ellas enraizadas por mecanismos de racionalización. Las formas discutidas son 1) la ideología de la homogeneidad variable, una regulación del habla, cuya conexión con las jerarquías raciales está enraizada por las categorías “clase” y “región”; 2) la ideología de la claridad, una regulación de los géneros discursivos, cuya conexión con las jerarquías raciales está enraizada por las categorías “razón” y “argumentación; y 3) la ideología de la competencia, una regulación de la legitimidad de los conocimientos y los cuerpos, cuya conexión con las jerarquías raciales está enraizada por las categorías “educación” y “cultura”. Después de discutir estas ideologías, concluyo que los mecanismos metapragmáticos que los constituyen y los hacen funcionar pueden ser las condiciones contradictorias de su lucha.

Palabras-clave: modernidad; raza; lengua; ideologías lingüísticas; metapragmática.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre as ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais na Modernidade, focando especificamente em suas formas linguísticas comumente usadas no Brasil. A argumentação deste texto segue inicialmente alguns dos meus incômodos sobre ideologias linguísticas e hierarquias raciais no campo da escolarização e, em seguida, conecta tais incômodos com leituras tanto sobre ideologias linguísticas na

Modernidade quanto sobre algumas práticas linguísticas da hierarquização racial no mesmo período.

Minhas ideias aqui apresentadas são parte do que tenho pensado sobre como certas formas de falar sobre a linguagem em geral (Pinto, 2011) e a língua portuguesa no Brasil em particular (Pinto, 2015, 2016) modelam os sujeitos racializados que somos na atual configuração dosistema mundo moderno/colonial (Mignolo, 2003).

Meu texto tem a ver também com certo percurso de leituras e também com umlugar marcado de onde falo, como mulher feminista anti-racista, branca e escolarizada no Brasil contemporâneo. Minha vida escolar foi marcada por muitas amizades, amigas importantes com quem aprendi muito do que sei e coisas que eu esqueci, mas que me marcaram como memória afetiva. Desde um ano de vida com minha família, me mudei muitas vezes de cidade. Estudei em sete escolas diferentes, escolas públicas e particulares, o que poderia ter sido fonte de ansiedade e desempenho oscilante. E ainda assim minha vida escolar foi marcada por elogios. Mas os elogios mais me marcavam porque eu não entendia porque eles se aplicavam só a mim. Minhas amigas eram muito mais inteligentes e ousadas do que eu, diziam coisas que me impressionavam e encantavam, e, no entanto, os elogios eram para mim. Até um certo momento da minha vida, não fui capaz de entender como aquilo era possível. Por que eu? Em 2004, quando comecei a estudar práticas de letramentos, certas coisas que nunca tinha entendido começaram a ter um rastro de explicação. Quero crer que estão certas aquelas pesquisadoras e pesquisadores que, ao focarem na construção das relações raciais no Brasil, afirmam que as avaliações sobre o desempenho escolar em particular (Artes e Carvalho, 2010; Carvalho, 2004, 2005, 2009; Schefer e Knijnik, 2016), mas também sobre a “performance linguística” em geral (Anderson, 2008; Baugh, 2003; Guimaraes e Lopes, 2016; Melo e Lopes, 2013, 2014) têm outros indicadores que não são objetivos ou cognitivos, mas ideológicos e subjetivantes. Portanto, em alguma medida, o que tenho tentado formular a partir disso não chega a ser novidade para muitos, então eu já previno para terem paciência com minhas obviedades.

Tenho seguido a reflexão sobre corpos no interior das condições pragmáticas e metapragmáticas que fazem com que sejamos e nos tornemos sujeitos humanos (Povinelli, 2016). Essa reflexão me levou a um encontro com a crítica a uma certa

“mentalidade cativa” dos estudos da linguagem (Errington, 2001; Makoni et al, 2003; Makoni e Pennycook, 2007; Muniz, 2016).

O que é uma “mentalidade cativa”? Para o que aqui me interessa, a mentalidade cativa é aquela que no mesmo gesto moderno produz dois movimentos, o movimento que podemos ver como racionalidade civilizadora e o movimento que oculta um violento processo irracional.

Enrique Dussel (2005, p. 204) resume assim esse duplo gesto:

Se a Modernidade tem um núcleo racional ad intra forte, como saída da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, ad extra, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a Modernidade é justificativa de uma práxis irracional de violência. O mito poderia ser assim descrito:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma culpa (por opor-se ao processo civilizador) que permite à Modernidade apresentar-se não apenas como inocente mas como emancipadora dessa culpa de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter civilizatório da Modernidade, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da modernização dos outros povos atrasados(imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera.

Do mesmo modo, a Modernidade na Linguística se constitui como um gesto violento mitificado como o sacrifício inevitável de pragmáticas e metapragmáticas – formas de falar e existir reduzidas à “superioridade” da metalinguagem “moderna” e “emancipadora” dos estudos científicos das línguas. O sacrifício, claro, tem sido também um sacrifício de corpos e não apenas de modos de falar ou modos de se avaliar a fala.

Muito já foi dito sobre a reflexividade da linguagem como uma característica constitutiva das línguas (Rey-Debove, 1978; Silverstein, 1993) e também sobre a presença de ideologias linguísticas em todos os grupos sociais conhecidos (Irvine, 1989; Irvine e Gal, 2000; Kroskrity, 2004; Woolard e Schieffelin, 1994). Ou seja, as ideologias linguísticas, no sentido de Silverstein, como um “conjunto de crenças sobre linguagem articulado pelos usuários como uma racionalização ou justificação da estrutura e uso linguístico percebido” (Silverstein, 1979, p. 193), são conjuntos presentes em qualquer grupo humano que, tendo linguagem, tem também uma metalinguagem e a articulam para regular e atribuir sentidos às suas práticas linguísticas, ao mesmo tempo em que negociam poder e posições sociais com essas regulações e sentidos atribuídos. Judith Irvine oferece uma definição de ideologias linguísticas que mais me interessa: “O sistema cultural de ideias sobre relações sociais e linguísticas, juntas com sua carga de interesses morais e políticos” (Irvine, 1989, p. 255).

Levando em consideração que o conjunto de crenças funciona com uma “carga de interesses” [*loading of interest*], no sentido de Irvine (1989), estamos nos referindo a relações de poder. Nesse sentido, mesmo sabendo que todos os grupos sociais constroem historicamente ideologias linguísticas, nada se compara aos efeitos mortais da combinação das ideologias linguísticas e das ordenações sociais desde a invenção da Europa e sua contraparte colonizada (Hutton, 1999; Bauman e Briggs, 2003). Essa combinação tem produzido efeitos irreversíveis ao longo de sua história e assume hoje formas específicas em histórias locais de estudos das línguas (DeGraff, 2005; Makoni et al, 2003; Makoni e Pennycook, 2007; Moita Lopes, 2013).

Eu não saberia fazer aqui o que seria muito bem-vindo: um panorama das ideologias linguísticas que, tendo vindo nos papéis escritos e vozes transportados por barcos através do Atlântico, se constituíram como a lâmina mortal de muitas línguas, falares, retóricas, gêneros discursivos que nunca conheceremos (hooks, 2008). Aqui tentarei apenas apontar aqueles esquemas de ideias sobre linguagem que estabeleceram certas condições linguísticas para certos interesses morais e políticos – especificamente a instituição de hierarquias raciais no Brasil.

Num texto já bem conhecido sobre ideologia da linguagem e diferenciação linguística, Judith Irvine e Susan Gal sintetizam que “[a ideologia] frequentemente imagina línguas como correspondendo a representações essencializadas dos grupos sociais. Categorias sociais e linguísticas essencializadas são feitas para serem vistas como isomórficas” (Irvine & Gal, 2000, p. 77). É claro que as autoras estão tratando de ideologias da linguagem alicerçadas na violência colonial. E continuam: “Ambos atos de fala e atos de descrição dependem de e contribuem para o ‘trabalho de representação’. Essas representações, por sua vez, influenciam os fenômenos que alegam representar.” (Irvine & Gal, 2000, p. 79)

Diante dessa conexão performativa entre categorias sociais e linguísticas, gostaria de propor um deslizamento entre palavras, uma dança entre semioses. Gostaria de propor um encontro explícito entre a “clareza da fala” e a “máscara branca” (Fanon, 2008), duas formas meta pragmáticas saturadas de cor e raça.

Estou interessada em discutir as formas como narramos os eventos de linguagem como eventos com cor e raça e que efeitos tais narrativas imprimem em nossas interações. Ou seja, estou interessada em sobrepor a natureza racializada das nossas ideologias linguísticas e a natureza linguística das nossas ideologias racistas.

Como figurações sobre fala, pensamento, linguagem, línguas, funcionam como projeções e regulações para corpos falantes no mundo contemporâneo, no lastro da sua história moderna/colonial?

Para guiar a nossa conversa sobre essa pergunta, vou apresentar aqui três incômodos que me aparecem quando penso em ideologias linguísticas moderna se suas conexões com a constituição e manutenção das hierarquias raciais nos dias atuais. Digo incômodos porque não vou apresentar aqui “provas” de sua existência. Além disso, as conexões entre essas ideologias linguísticas e as hierarquias raciais são rarefeitas, no sentido de Foucault (1996), por mecanismos de racionalização – conforme Dussel (2005), “um núcleo racional” como “saída” do “atraso”, e de ocultamento – “um processo irracional”.

São elas três:

2006). A fixação inclui dois gestos comparáveis à integração subordinada getulista: 1) a defesa de uma única língua nacional variável; 2) a defesa do lugar próprio de cada variedade no conjunto que forma a nação. Assim, é fácil ver a dicotomia culto-popular em representações essencializadas isomórficas, por exemplo, na dicotomia patroa-empregada – cada uma no seu lugar, cada qual falando sua própria variedade, em “papeis sociais” pré-determinados indiciados, entre várias coisas, pela fala. A Dona Benta e a tia Nastácia de Monteiro Lobato preenchem bem esse exemplo: a avó branca domina o “falar culto” e assuntos “racionais” (astronomia, história ocidental) e “clássicos” (mitos gregos), enquanto a empregada preta domina a “fala popular” e narra as “crendices”. Se esta é a fala de um lugar prefigurado (a “fala popular”, a “fala culta”), devemos cada um de nós “saber o seu lugar” na distribuição dos valores simbólicos. A economia linguística é também uma economia racial. O mesmo movimento essencialista que distribui os valores linguísticos em comunidades (Pratt, 2013) produz a estabilização “da desigualdade e da hierarquia raciais, que diminuem o nível de tensão racial” (Sales Jr., 2006, p. 230).

Na ideia da “clareza” como metáfora para a boa retórica, está a regulamentação dos gêneros discursivos. Essa regulamentação é facilmente reconhecida como a sobrevalorização de certos modelos retóricos como “mais racionais”, como a “argumentação”, em detrimento daqueles modelos “menos racionais”, como a “narrativa” (Mignolo, 2003). Assim, a “clareza” explicita aquilo que a dicotomia “culto-popular” procura ocultar: a metáfora de controle dos gêneros discursivos é também uma metáfora de cor. E a base da pesquisa sobre a “variedade culta” não é outra senão gêneros produzido sem espaços de retórica “racional”, como a aula expositiva em ambiente universitário dando base para os estudos da “norma culta” e os textos publicados em jornais “de prestígio” dando base para os estudos da “mudança linguística”².

“Entender tudo” ou “explicar tudo” é sinônimo de “clareza”. Foi bell hooks (2008) quem me mostrou como essa não é apenas uma forma racializada de se marcar certos modelos retóricos, mas uma forma totalizante de deslegitimar gêneros e a história das pessoas que os usaram. Falando do uso do inglês não padrão, ela propõe:

² Deixo essas afirmações sem referência bibliográfica para não inflacionar o texto. Seria abundante referenciar tantos estudos que fazem uso de sentenças produzidas nesses dois gêneros para “descrever” e “explicar” a língua portuguesa.



conceber o momento do não-entendimento do que alguém disse como um espaço para aprender. Tal espaço fornece não somente a oportunidade de escutar sem “controle/domínio”, sem possuir ou apoderar-se da fala através da interpretação, mas também a experiência de ouvir palavras não-inglesas. Essas aulas parecem particularmente cruciais numa sociedade multicultural que persiste na supremacia branca, que usa o inglês padrão como uma arma para silenciar e censurar. (hooks, 2008, p. 861).

Quanto mais “claro”, mais “branco”. Essa regulamentação também informa que a legitimidade da fala e do modelo retórico é regulada por padrões de identificação racial. Ideologias locais, ligadas a homens brancos europeus do século XVII, foram reenquadradas como conhecimentos universais e atemporais (Bauman & Briggs, 2003). As formas retóricas purificadas, sem os “abusos das palavras” como afirmava Locke, serão identificadas em português com uma tonalidade – o claro – e quem fala é metonímia desse tom.

As duas ideias anteriores são subsidiárias da ideia de “competência” como classificação reguladora para saberes e corpos, sua legitimidade e potência. Essa regulamentação de corpos e saberes como “mais competentes” ou “menos competentes” se conecta às hierarquias raciais, sendo rarefeita pelas categorias “educação” e “cultura”.

Hutton relembra que na literatura que precede o Terceiro Reich podia-se ler a ideia de que “diferentes raças têm diferentes habilidades intelectuais” (Hutton, 1999, p. 262). Antes disso, na formação do sistema liberal de distribuição da “racionalidade” – o que vai na prática ser a escola – Locke afirma que “pobres, mulheres, camponeses e não europeus estão fadados a falhar” (Bauman & Briggs, 2003, p.66). Esses corpos marcados pelo estigma das limitações cognitivas recebem seu lugar na economia das trocas linguísticas como os que não produzem, mas recebem.

Sales Jr. argumenta que

A estigmatização é uma máquina expressiva provida de uma força ilocutória e que, conforme regras ou convenções sociais, determina atos de linguagem tais como a ofensa e a ridicularização, exemplos de um conjunto variável de formas eficazes de produzir e distribuir papéis, obrigações e vínculos sociais, “estigmas” que marcam e demarcam os corpos. (Sales Jr., 2006, p. 233)

“ocultou” a mulher negra da sociedade brasileira, e ela faz isso explorando as marcas linguísticas desse ocultamento. A ideologia da “competência linguística” encontra seu contraponto na “irracionalidade” do seu gesto racial.

DESATES E DESLIZES

Essas formas racializadas de organizar a nossa interpretação das variedades do português, dos seus textos legítimos e dos corpos que os usam são regimes de linguagem?

Kroskrity define que “‘Regimes’ invoca a exposição da dominação política em todas as suas muitas formas, incluindo o que Gramsci (1971) distinguiu como a força coerciva do Estado e a influência hegemônica da cultura da sociedade civil endossada pelo Estado” (Kroskrity, 2000, p. 3). E ele continua:

muito do significado e conseqüentemente valor comunicativo que as formas linguísticas têm para seus falantes repousa nas conexões ‘indexicais’ entre os signos linguísticos e os fatores contextuais para seu uso – sua conexão com falantes, cenários, tópicos, instituições e outros aspectos dos seus mundos socioculturais. (Kroskrity, 2000, p. 7)

Estamos acostumados a prestar atenção na produção, ou seja, como certos acentos, certas palavras, certos usos indiciam certos falantes. Algo como “parece baiano falando”, “fala como uma bichinha”, ou “homem que é homem não fala assim”. Mas essa é uma via de mão dupla: os fatores contextuais do uso indiciam também a recepção. Ou seja, certos falantes, cenários, tópicos, instituições etc. indiciam como se ouve e se interpreta a produção linguística – independentemente do acento, da palavra, do uso. Então dizemos coisas como “nem parece que é uma mulher falando”.

Meu ponto aqui é muito simples: no Brasil, as conexões indexicais entre signos linguísticos e fatores contextuais são regimentadas para o estabelecimento de diversas hierarquias, cujo eixo organizador – ainda que violentamente oculto – é o eixo das relações raciais. Não quero dizer com isso que as relações raciais precedem ou têm mais importância do que qualquer outro dos chamados marcadores de diferença (Brah, 2006). Nas práticas cotidianas, os marcadores são construídos contextualmente e não pré-estabelecidos (Brah e Phoenix, 2004; Piscitelli, 2008).

O que quero dizer é que a linguagem em geral e as línguas coloniais em particular – no nosso caso, o português – só fazem sentido ao serem compreendidas em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação modernas de que participam.

Abrindo seu livro com um capítulo intitulado “O negro e a linguagem”, Fanon (2008, p. 34) afirma que “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”. Fanon nos indica que as relações raciais estruturam as práticas linguísticas, na medida em que tais relações foram construídas no processo colonial que alçou certa “racionalidade” à condição hegemônica e as línguas coloniais se tornaram o meio mais puro para a expressão dessa “racionalidade” (Mignolo, 2003; Bauman & Briggs, 2003; Makoni et al, 2003; Makoni & Pennycook, 2007). Como já sintetizei em outra oportunidade: “A língua é, então, um elemento das redes de poder instauradas nos processos coloniais de racialização. Usar uma ou outra língua, falar de uma forma ou de outra, falar ‘melhor’ ou ‘pior’, equivale a ocupar ou interpelar uma posição nas relações raciais” (Pinto, 2011, p. 73). Muniz (2016, p. 771) sintetiza perfeitamente as consequências subjetivas dessas metapragmáticas:

Se sentir estrangeiro em seu próprio território linguístico parece que vem sendo uma das grandes consequências dessa visão porque apaga completamente nossas errantes existências linguísticas por não se encaixarem em um sistema pronto e acabado que vê a língua como um fato social, apenas no sentido de que é partilhada por uma comunidade linguística específica.

Todas essas figurações sobre fala, pensamento, linguagem, línguas funcionam como projeções e regulações para corpos falantes no mundo contemporâneo porque, parafraseando Elizabeth Povinelli (2016, p. 229), “no decorrer dessas circunstâncias ordinárias e extraordinárias, nos espaços íntimos e intimidantes, as crianças e os adultos aprendem não somente o conteúdo particular da dominação/incitação linguística, mas também sua forma específica” (“fale direito [como branco]” ou “não dê com a língua nos dentes [como uma negra faladeira]”), assim como a diversidade de consequências decorridas por falar de outra forma (“Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar?”).

As nossas formas de narrar eventos de linguagem como eventos de raça ou cor “são formas localmente e historicamente circunscritas, que têm tratado das regras específicas da etiqueta linguística” (Povinelli, 2016, p. 211), como uma distribuição racializada do valor linguístico – ficando a variedade culta, a clareza e a competência para o “universal branco”. As regras compreendem os discursos que “especificam como se adquirem as diferentes etiquetas linguísticas, que julgam se tal aquisição é sustentável ou não e quais pessoas devem se submeter a ela, assim como os discursos que ditam os contextos de seu uso apropriado” (Povinelli, 2016, p. 211).

As ideologias linguísticas têm sido atadas a ideologias raciais na Modernidade como etiquetas linguísticas de sustentação de hierarquias raciais, como esquemas metapragmáticos de interpretação dos usos apropriados como “universais”, “racionais”, “brancos”, “ocidentais”, em oposição a usos “particulares”, “irracionais”, “negros”, “não ocidentais”.

Povinelli (2016, p. 229) oferece uma interpretação desses nós como frouxos cordões desgastados pelo seu próprio funcionamento: “na medida em que a linguagem possui os meios para se amarrar solidamente aos contextos [constituindo as ideologias linguísticas como ideologias raciais] ela fornece também aos agentes sociais o lugar e os meios de desatar as amarras”.

Esses desates – e deslizos – são as fissuras que tornam possível ver o sistema moderno de ideias sobre relações raciais e linguísticas, e reconhecer seus ocultamentos, sua não linearidade, suas contradições. bell hooks (2008) e Lelia Gonzales (1984) me oferecem os aportes para essa contestação das ideologias linguísticas modernas: bell hooks (2008, p. 863-864) escreve “Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem”. Lelia Gonzales (1984, p. 225) por sua vez afirma:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.



A contestação não pode ser outra, senão o fazer emergir o particularismo de toda e qualquer forma linguística como prática e rearticular as narrativas e os conhecimentos sobre linguagem como marcadamente locais, comprometidas com o local geo-político e corpóreo-político de quem fala.

Falei aqui de um lugar localizado e particularizado. Há outro modo? Não.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Kate T. Justifying Race Talk: Indexicality and the Social Construction of Race and Linguistic Value. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 18, n. 1, 2008, p. 108–129.
- ARTES, Amélia C. A.; CARVALHO, Marília Pinto de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? *Cadernos Pagu*, n. 34, 2010, p. 41-74.
- BAUGH, John. Linguistic Profiling. In: MAKONI, Sinfree et al (Ed.). *Black Linguistics: language, society and politics in Africa and the Americas*. New York: Routledge, 2003. p. 155-168.
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. *Voices of Modernity: language ideologies and politics of inequality*. Cambridge: University Press, 2003.
- BLACKLEDGE, Adrian. The racialization of language in British political discourse. *Critical Discourse Studies*, v. 3, n. 1, 2006, p. 61-79.
- BRAH, Avtar, PHOENIX, Ann. Ain't I a Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, v. 5, n. 3, 2004, P. 75-86.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006, p. 329-376.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero, raça e avaliação escolar: um estudo com alfabetizadoras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, 2009, p. 837-866.
- CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004, p. 247-290.
- CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, 2005, p.77-95.
- DEGRAFF, Michel. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, n. 4, 2005, p. 533-559.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005. p. 55-70.
- ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, 2001, p. 19-39.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONZALES, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984, p. 223-244.

PRATT, Mary Louise. Arts of the Contact Zone. *Profession*, 1991, p. 33-40.

PRATT, Mary Louise. Utopias linguísticas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v.52, n.2, 2013, p. 437-459.

REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage: étude linguistique du discours sur le langage*. Paris: Le Robert, 1978.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo social*, v. 18, n. 2, 2006, p. 229-258.

SCHEFER, Maria Cristina; KNIJNIK, Gelsa. Um não-lugar escolar para crianças afro-descendentes da periferia das periferias. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 8, n. 19, 2016, p. 261-277.

SILVERSTEIN, Michael. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John (Ed.). *Reflexive language, reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. P. 33-58.

WOOLARD, Kathlyn. A; SCHIEFFELIN, Babi. Language Ideology. *Annual Review of Anthropology*, v. 23, 1994, p. 55-82.

Recebido em outubro de 2017
Aprovado em novembro de 2017